



DESPACHO N.º8/2018/DAFP/RHF

Gestor de procedimento

Nos termos do Capítulo III, da Lei n.º35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, os trabalhadores podem ser sujeitos a mobilidade, sendo que uma das modalidades de mobilidade interna na categoria pode ocorrer para operar no exercício de funções inerentes à categoria de que o trabalhador é titular em atividade diferente para que detenha habilitação adequada.

Um dos principais objetivos do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), criado pelo Decreto-Lei n.º555/99, de 16 de dezembro, com as alterações em vigor, é a existência de gestor de procedimento a quem cabe, entre outras, as seguintes tarefas:

- Acompanhar a instrução do procedimento, indicando questões que possam obstar ao conhecimento do pedido e identificando eventuais obstáculos/elementos determinantes de rejeição liminar;
- Verificar constantemente o cumprimento dos prazos;
- Promover a consulta a entidades externas, através do sistema informático;
- Prestar informações e esclarecimentos aos interessados;
- Registrar no processo a junção subsequente de quaisquer novos documentos e datadas consultas a entidades exteriores ao Município e da receção das respetivas respostas, quando for o caso disso, bem como a data e o teor das decisões dos órgãos municipais;
- Averbar a substituição do requerente, do responsável pelos projetos apresentados ou do diretor técnico da obra;
- Requerer a autorização de vistorias para efeitos de autorização de utilização;

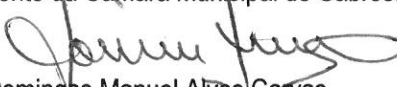
O volume de processos e as diligências necessárias, tendo em vista todos os procedimentos de controlo prévio, de operações urbanísticas e considerando a distribuição do serviço existente e que a gestor de procedimento dedica todo o seu tempo aos procedimentos de controlo prévio de licenciamento, informação prévia, comunicação prévia e autorização de utilização, de edificações, a Câmara Municipal deve assegurar a este trabalhador condições de segurança e saúde em todos os aspetos relacionados com o trabalho, aplicando as medidas necessárias e princípios gerais de prevenção, por forma a prevenir riscos e doenças profissionais, tendo em conta a proteção de segurança e de saúde do trabalhador.

Face a tudo o exposto determina-se, no uso da competência que conferidas pela alínea a), do n.º2, do artigo 35.º do Anexo I, da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, que o trabalhador **Ana Filipa Fernandes Rodrigues dos Santos**, detentora da carreira/categoria de assistente operacional, em regime de mobilidade intercarreiras na carreira e categoria de técnico superior, titular de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado do mapa de pessoal desta Câmara Municipal, a exercer funções/competências/atividades na subunidade orgânica Ambiente, Gestão Urbana e Salubridade, da unidade orgânica Divisão de Obras, Serviços e Ordenamento do Território, acumule funções/competências/atividades correspondentes à sua carreira/categoria, na mesma unidade orgânica, como gestora de procedimento para o controlo prévio de operações de loteamento, obras de urbanização, operações isentas de controlo prévio.

Mais se determina, que esta produção de efeitos seja na data do presente despacho e que qualquer designação feita anteriormente ao presente despacho cesse, de imediato, os seus efeitos.

Sabrosa, 12 de janeiro de 2018

O Presidente da Câmara Municipal de Sabrosa


Domingos Manuel Alves Carvas